

Estácio

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 08.807.432/0001-10



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, elaboradas de acordo com os princípios do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

Perfil corporativo Uma das maiores organizações privadas de ensino superior do Brasil em número de alunos matriculados, a Estácio Participações S.A. foi constituída em 31 de março de 2007 como sociedade anônima de capital aberto e está listada no Novo Mercado da Bovespa. Possui quatro instituições mantenedoras sob seu controle direto ou indireto, constituídas sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada. A Estácio está presente nos principais centros urbanos de 20 estados brasileiros e sua rede é formada por uma universidade, quatro centros universitários, 33 facultades e 52 polos de ensino a distância credenciados pelo MEC, com capilaridade nacional representada por 75 unidades (campi). Em 31 de dezembro de 2012, 271,5 mil alunos estavam matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância mantidos pela instituição.

O crescimento e a liderança da Estácio no mercado são atribuídos à qualidade de seus cursos e do corpo docente, às inovações tecnológicas e acadêmicas proporcionadas a seus alunos, à localização estratégica de suas unidades e, à prática de preços competitivos, acessíveis ao seu público alvo. Com currículos nacionalmente integrados, oferecemos cerca de 80 cursos de graduação nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, em graduação tradicional e tecnológica. Oferecemos também cursos de pós-graduação *latu-sensu e stricto-sensu*, cursos de mestrado, doutorado e de extensão. Com um modelo de gestão orientado para resultados e para a qualidade, desenvolvemos uma metodologia de ensino, moderna e diferenciada. Como resultado da capacidade empresarial e financeira, da inovação e da melhoria constante de seus cursos, a marca Estácio é hoje amplamente reconhecida e valorizada no mercado.

A economia mundial apresentou baixo crescimento em 2012, estimado em 1,1% sobre 2011. Tal resultado foi negativamente influenciado, sobretudo, pelo mau desempenho da Zona do Euro, que ainda sofre com os efeitos da crise econômica. Para os Estados Unidos, o ano foi de gradual recuperação da atividade econômica, com crescimento de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse contexto, a atividade econômica brasileira apresentou baixo crescimento em 2012 (0,9%), ficando aquém das expectativas do mercado. De acordo com análise do Banco Central, a demanda doméstica continuou sendo o principal suporte da economia, impulsionada pelo setor de serviços e pelo consumo das famílias. A manutenção das transferências no âmbito dos programas sociais do governo e a melhora nos indicadores de confiança do consumidor ajudaram a manter a demanda interna aquecida. O suporte contínuo do governo aos programas de acesso a educação superior (FIES e ProUni) contribuiu especificamente para impulsionar a demanda por ensino superior, o que torna o setor de educação gradualmente menos cíclico.

O IPCA, índice que mede a inflação oficial do país, ficou em 5,8% no acumulado de 2012, dentro do teto da meta do Banco Central.

O índice de desemprego atingiu novamente seu nível histórico mais baixo (5,5%) desde o início da série histórica em 2002, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É importante lembrar nesse cenário que o Brasil enfrenta hoje uma carência de talentos no mercado de trabalho de um modo geral e a demanda crescente por profissionais qualificados vem ao encontro do modo de ensino desenvolvido na Estácio, que foi construído de forma totalmente voltada ao atendimento dessa demanda. Formamos mão de obra qualificada para o crescimento do país e esse é o nosso papel na área de ensino. Nossa missão é promover a formação e ascensão profissionais dos nossos alunos por meio de uma educação de qualidade, contribuindo para o crescimento das comunidades onde atuamos. Acreditamos estar contribuindo para transformar a vida de nossos alunos, preparando-os para o mercado de trabalho e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país.

Mensagem da Administração Sob todos os aspectos, 2012 será lembrado como um grande ano para a Estácio. Depois de anos "plantando sementes" e fomentando uma cultura de buscar resultados sustentáveis no longo prazo, chegou a hora de "colher os primeiros frutos desse trabalho". Nossas captações de alunos, tanto presenciais quanto à distância, marcaram novos recordes históricos pela Estácio. O número de alunos aderindo ao FIES também aumentou significativamente, atingindo 41 mil ao final de 2012, o que deverá trazer reflexos positivos nos próximos ciclos. A Pós-Graduação voltou a crescer depois de passar por um período de reorganização. Fizemos novas aquisições em áreas estratégicas pelo Brasil, o que nos permitiu aumentar a cobertura no país. Nossa base de alunos EAD também seguiu crescendo forte, aumentando 24,1% na comparação contra o ano anterior. Com isso, a base de alunos subiu 13,1%, saltando de 240,0 mil para 271,5 mil. Em termos orgânicos, desconsiderando as aquisições, esse crescimento foi de 9,5% na comparação de final de ano. Olhando apenas a graduação presencial, nosso *core product*, nosso crescimento foi de 6,0% contra 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Grande parte do crescimento de nossos alunos, tanto presenciais quanto a distância (prospects), que nos confere maior capacidade de repassar os custos atrelados à inflação, bent como a uma migração para cursos de maior valor agregado, vimos o ticket médio presencial subir 9,1% com relação a 2011, e o ticket médio a distância aumentar 7,4% no mesmo período. Nesse contexto, a Receita Líquida atingiu R\$1,4 bilhão em 2012, com um crescimento de 20,5% sobre 2011, o que nos permitiu atingir um EBITDA de R\$210 milhões (no novo conceito da Instrução CVM 527) e uma margem de 15,2%, 4,5 pontos percentuais superior ao ano anterior. Na metodologia anterior ao novo conceito estabelecido pela CVM, o EBITDA teria sido de R\$216,7 milhões com uma margem de 15,7%, 3,5 pontos percentuais maior do que a margem verificada em 2011.

Prioridades estratégicas Nossa estratégia é orientada pelos princípios de qualidade, crescimento e diferenciação de nosso serviço, com ganhos de eficiência e escala, perpetuação da cultura organizacional e do nosso modelo de gestão.

Para capturar as oportunidades de crescimento do setor de ensino brasileiro, queremos expandir nossas atividades por meio do aumento da base de alunos matriculados, da inovação na oferta de cursos sintonizados com as necessidades do mercado de trabalho e as tendências de desenvolvimento econômico específicas de cada região. Vamos expandir nossa atuação através do ensino a distância, da abertura de novas unidades em localidades com demanda ainda não atendida e de aquisições de empresas que complementem nossa estratégia de atuação e presença geográfica em todo o Brasil. Mais recentemente, decidimos explorar também novos segmentos de negócios, com destaque para a "Educação Continuada", agregando atividades como pós-graduação *latu-sensu*, cursos preparatórios para concursos, e treinamentos "in-company". Passamos a concentrar nossas competências no desenho e na implantação das estruturas e das ferramentas estratégicas que darão suporte aos nossos planos de expansão e crescimento. Um dos marcos-chave desse movimento aconteceu em 2012, com o processo de Planejamento Estratégico da Estácio, colimando com a definição da nossa visão para 2020, os planos táticos e as ações necessárias para atingi-la. O Planejamento Estratégico será revisito periodicamente, com a definição de novas ações de acordo com a evolução dos cenários de mercado no qual atuamos e da própria economia do Brasil.

Definimos também a reestruturação de nossa diretoria executiva, com mudanças de escopo em algumas pastas e a criação de duas novas diretorias: Operações de Ensino a Distância (EAD), separando essa vertente de negócio de Operações Presenciais, e a de Educação Continuada, que passa a identificar e a explorar novas oportunidades nos segmentos de graduação, pós-graduação, cursos livres, Academia do Concurso e educação corporativa. A diretoria de Relações Corporativas agregou uma nova missão estratégica e ganhou um novo nome – diretoria de Relações Corporativas e Sustentabilidade. Além disso, foram criadas novas áreas, como a de Inovação, responsável por fomentar o conceito de inovação e empreendedorismo, e iniciamos o processo de implementação da Universidade Corporativa da Estácio, que vai reforçar a excelência profissional dos nossos colaboradores e nos preparar para o crescimento.

O objetivo da reestruturação foi dar ainda mais agilidade e eficiência à gestão e às operações da Estácio. Potencializamos assim nossas vantagens competitivas, valorizando a cultura organizacional e aumentando nossos potenciais de crescimento que, baseados no aumento orgânico de nossa base de alunos, em uma gestão de excelência e na expansão com novas unidades e produtos, é projetado para os próximos anos.

Ensino
Ensino Acadêmico Fruto das mais avançadas técnicas em educação e desenvolvido por uma equipe altamente capacitada, nosso Modelo de Ensino oferece um produto com características únicas, sintonizado com as reais necessidades dos alunos, as demandas atuais do mercado de trabalho e em linha com os pré-requisitos regulatórios. Contamos com um corpo docente em processo permanente de capacitação e treinamento, temos programas acadêmicos personalizados e aplicamos ferramentas e metodologias de ensino modernas e aptas a proporcionar qualidade de ensino de forma escalável, em nível nacional ao longo de todas as nossas unidades.

Inovação e tecnologia também são fundamentais em nossa proposta de ensino, que transformou o *tablet* – uma plataforma móvel, portátil e individualizada – na principal ferramenta de comunicação e troca de informações com os alunos. *Peço tablet*, eles têm acesso em tempo real, *on-line* ao portal Estácio e a seus conteúdos acadêmicos e administrativos, produzidos por nossos especialistas e em parceria com as mais conceituadas editoras do país. A integração dos currículos em nível nacional acrescenta mobilidade e flexibilidade total ao nosso modelo acadêmico. Todas as ações têm como premissas fundamentais a sustentabilidade e objetivam contribuir com o processo de democratização do ensino e de desenvolvimento social, potencializando as condições de aprendizagem aos nossos alunos e causando os menores impactos ambientais possíveis.

Qualidade de ensino Construído coletivamente por uma equipe acadêmica central que trabalha em rede com os professores de todas as nossas instituições de ensino, nosso modelo de ensino valoriza a unidade na diversidade. Em 2012, produzimos 107 planos de ensino, 2.212 páginas de aula e 72 mil questões alimentando um banco com um total de 149 mil questões de prova. Todos esses conteúdos foram construídos por uma verdadeira rede de conhecimento formada por docentes na Estácio em todo o Brasil e liderada por nossos coordenadores nacionais, com base em novas metodologias e modernos recursos didático-pedagógicos que estimulam o processo de autoaprendizagem. A articulação de teoria e prática por meio do estudo de casos concretos é fundamental para que nossos alunos tenham um ensino voltado para as reais necessidades do mercado de trabalho.

Regulatório Relevante para a consolidação de nosso Modelo de Ensino em termos regulatórios, em 100% das avaliações realizadas pelo MEC em 2012, nas visitas in loco referentes ao ENADE 2010 a nossas unidades, recebemos notas 3, 4 e 5 em uma escala de 1 a 5. Mantivemos, também, nossa boa avaliação nos mestrados e doutorados *stricto sensu*, recebendo a nota 5 no Curso de Direito no Mestrado e Doutorado. No Curso de Educação, a nota 4 indica uma provável continuação da excelência do curso na próxima avaliação. Também fomos avaliados com nota 4 em nossos Mestrado e Doutorado de Odontologia e no Mestrado de Administração.

Operações A Estácio conta com um time maduro do ponto de vista de gestão, formado por talentosos gestores das nossas 75 unidades espalhadas pelo país. São pessoas com experiência na gestão de operações de credenciamento como Centros Universitários, após terem passado por todos os níveis de aferição de qualidade de uma Instituição de Ensino Superior. Isto significa que a qualidade das instituições foi certificada pelo Ministério da Educação (MEC) em sua instância máxima e passaram a ter prerrogativas de autonomia inerentes a um Centro Universitário, podendo assim aumentar vagas e criar cursos e novas unidades nos seus municípios a partir de resoluções das próprias instituições, independente de autorização do MEC. Após a oficialização da mudança de faculdade para Centro Universitário, a Estácio FIC começou 2013 com expansão, lançando cursos na nova unidade na Parangaba. Com área total de 11 mil m², sendo 7 mil m² de área construída, o campus oferece uma grande estrutura, com biblioteca, laboratórios de informática, área de convivência e estacionamento próprio. A capacidade total do campus comporta cerca de 9 mil alunos.

Ensino a distância – EAD Um grande desafio superado em 2012 foi o desenvolvimento e implantação do Modelo Operacional do EAD, com gestão, processos e rotinas de atendimento adequados ao crescimento exponencial que este segmento vive e viverá nos próximos anos. Para isso, a Estácio preparou a expansão da área de atuação de seu ensino a distância para todo o território nacional e solicitou credenciamento junto ao MEC para aumentar a quantidade de polos credenciados para operação do EAD.

Pós-graduação Fruto de uma série de melhorias internas, operacionais, acadêmicas e de processos, bem como de mudanças de gestão organizacional que temos em nossa Pós-Graduação, atingiu em dezembro de 2012, uma base de 15,5 mil estudantes. Foi dada ênfase na divulgação de atributos, como a oferta diversificada, mostrando as múltiplas áreas de conhecimento da pós – ciências jurídicas, gestão, humanas, tecnologia, saúde e segurança –, como também nas modalidades – a distância e presencial – e na natureza dos cursos – especialização e MBA. Para melhorar a eficiência dos cursos de pós-graduação a distância, a gestão do ambiente virtual e das atividades dos professores coordenadores e dos tutores online passou a ser desenvolvida pela área de Operações / EAD. O novo portfólio de cursos passou a ser ofertado, a partir da entrada em outubro, de acordo com os padrões de Centro de Ensino / EAD, o que toca as regras de formatação das aulas e a produção de conteúdo. A estrutura de apoio à Pós foi reforçada com a criação de uma área distribuída de inteligência dedicada a estudos de mercado e a propoer a validar o portfólio de cursos, a precificar o produto (nacional e regionalmente) e a definir as praças e os novos parceiros. Para melhorar o atendimento ao candidato e aos alunos, foi inaugurado em Salvador (BA) o primeiro Espaço Pós, com infraestrutura dedicada a receber o candidato e os alunos, e a oferecer um espaço para orientar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Novas unidades passarão a dispor desta facilidade em 2013.

Governança Corporativa Qualidade de gestão são compromissos da Estácio com os seus acionistas e com todos os públicos com os quais interagimos. Em Novembro de 2008 aderimos ao Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa do Brasil, em busca de maior transparência e eficiência de nossa administração. Com isso, a Estácio passou a observar as normas e condições previstas no Regulamento do Novo Mercado, tais como, capital social formado exclusivamente por ações ordinárias, eleição de membros independentes para o Conselho de Administração e solução de conflito através de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Com a pulverização do capital em outubro de 2010 (80% do *free float*), a Estácio passou a adotar a partir de 2011, práticas de governança, entre as quais se destacam: (i) a adoção do voto a distância, através do sistema Assembléias Online, com o intuito de facilitar e aumentar a participação dos acionistas nas Assembléias; (ii) a disponibilização do Manual do Acionista para participação nas Assembléias Gerais e (iii) a criação de área interna voltada para as práticas de governança corporativa e *compliance*.

Em 2012 a Companhia implementou um Portal de Governança Corporativa. Canal direto de comunicação entre seus administradores, membros do Conselho Fiscal, Comitês de Auditoria e de Gente e Gestão. Através do Portal a Companhia disponibiliza de forma segura todas as informações, atos societários, pautas de reuniões e notícias relevantes, servindo também como repositório de documentos para consultas. Os usuários podem discutir assuntos através de *chat*, criar grupos restritos para debates e/ou reuniões, propor e votar assuntos e textos. Ainda em 2012 nos tornamos associados do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Estrutura do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva O Conselho de Administração da Estácio, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2014, é composto por 07 membros sendo 04 deles independentes. Conta com dois comitês de assessoramento, não estatutários: (i) O Comitê de Gente e Gestão, que dentre outras atribuições, auxilia na definição das políticas de remuneração dos administradores da companhia, além de conduzir o programa de remuneração variável e (ii) o Comitê de Auditoria, que o auxilia na supervisão do desempenho da auditoria interna, de *compliance* com as leis, regulamentações, políticas e códigos de ética, do processo de divulgação das informações, do gerenciamento dos riscos corporativos e da gestão e do controle de contingências.

Sete executivos são eleitos pelo Conselho de Administração para compor a Diretoria Executiva da Estácio: um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro que cumula as funções de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Ensino e mais quatro diretores. Já o Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos e seus suplentes, com mandato de 1 ano, tem as atribuições e poderes previstos na Lei 4.604/76.

Dividendos A proposta para a distribuição de dividendos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, consignada nas demonstrações financeiras da companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, apresenta o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado, no montante de R\$2,1 milhões.

Mercado de capitais O ano de 2012 foi bastante positivo para as empresas abertas do setor de educação, com grande destaque para as ações da Estácio. Atingimos aumento expressivo na liquidez de nossas ações, com um volume financeiro médio diário de R\$12,4 milhões de reais, um aumento de 131% em relação ao anterior. 2012 também marcou uma forte valorização para a Estácio: nossas ações fecharam o ano cotadas a R\$41,72, uma valorização de 131,9% no ano, bastante superior ao desempenho do índice Ibovespa, que registrou alta de 7,4% no período.

Oferência Pública de Ações Em 05 de fevereiro de 2013, a Estácio Participações anunciou o encerramento da oferta pública de subscrição de ações secundária de R\$60 milhões em nome da Companhia, sendo que 3.614.913 ações vendidas pela Private Equity Partners C. LLC e GPCP4 - Fundo de Investimento em Participações, e 14.687.100 ações emitidas pela Companhia, ao preço de R\$42,00 por ação, somando o total de R\$768,7 milhões.

Programa ADR nível I O Programa de ADRs Nível I tem por objetivo ampliar as possibilidades de investimento na Estácio – principalmente para investidores domiciliados no exterior – e aumentar a liquidez de suas ações. Cada ADR representa uma ação ordinária (ESTC3) e é negociado no mercado de balcão americano (OTC) sob o símbolo "ECPCY".

Relações com Investidores A área de Relações com Investidores está focada em melhorar a avaliação da Estácio no mercado, aumentar a liquidez de suas ações e estreitar o relacionamento com seus investidores. Desde 2010 contamos com novos canais de comunicação para manter os acionistas permanentemente informados e para aumentar a transparência da companhia, com destaque para as atualizações de informações de RI nas principais mídias sociais. Também temos a preocupação de manter nosso site permanentemente atualizado, funcional e moderno.

No ano de 2012 participamos de 8 conferências com bancos e 2 *roadshows* com investidores na Europa e nos EUA, além de continuarmos a incluir na agenda de Relações com Investidores, as ações de *roadshows</*



BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	132	1.530	18.132	21.857
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	88.495	147.095	122.340	147.565
Contas a receber (Nota 4)	-	-	279.657	244.070
Contas a compensar - Sistema FIES	-	-	5.416	16.683
Adiantamentos a funcionários / terceiros	24	19	25.957	17.472
Partes relacionadas (Nota 5)	897	23.740	259	259
Despesas antecipadas (Nota 6)	542	1.399	30.931	10.318
Dividendos a receber	93.699	55.153	-	-
Juros sobre capital próprio a receber	1.275	1.275	-	-
Impostos e contribuições (Nota 7)	-	-	10.588	12.828
Outros	1.364	1.297	17.947	21.187
186.428	231.508	511.227	492.239	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Despesas antecipadas (Nota 6)	-	-	1.337	664
Depósitos judiciais (Nota 16)	1.897	685	83.221	63.564
Impostos diferidos (Nota 28)	-	-	11.695	13.365
Impostos e contribuições (Nota 7)	6.722	5.469	20.886	5.469
Outros	1.022	1.433	8.658	1.530
9.641	7.587	125.797	84.592	
Investimentos				
Em controladas (Nota 8)	818.052	663.058	-	-
Outros	-	-	228	229
818.052	663.058	228	229	
Intangível (Nota 9)	550	824	307.898	227.857
Imobilizado (Nota 10)	3.707	6.068	294.660	263.801
822.309	669.950	602.786	491.887	
831.950	677.537	728.583	576.749	
1.018.378	909.045	1.239.810	1.068.718	

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Passivo e patrimônio líquido Circulante

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Passivo e patrimônio líquido Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	9.978	4.901	13.856	6.549
Fornecedores	405	325	35.435	18.199
Salários e encargos sociais (Nota 12)	136	181	65.727	57.490
Obrigações tributárias (Nota 13)	24	262	22.229	15.627
Mensalidades recebidas antecipadamente	-	-	8.854	8.972
Adiantamento de convênio (Nota 17)	1.800	1.800	2.887	2.887
Parcelamento de tributos (Nota 14)	-	-	2.210	219
Impostos diferidos (Nota 28)	3.122	11.521	-	-
Dividendos a pagar (Nota 18)	26.051	16.662	26.051	16.662
Compromissos a pagar (Nota 15)	-	-	12.985	5.374
Outros	-	268	3.078	2.689
41.516	35.920	193.312	134.668	
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	262.327	244.890	265.868	247.847
Provisão para contingências (Nota 16)	-	-	23.205	32.419
Adiantamento de convênio (Nota 17)	7.500	9.300	12.027	14.913
Parcelamento de tributos (Nota 14)	-	-	6.410	4.431
Impostos diferidos (Nota 28)	-	-	1.638	1.812
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	14.004	13.693
Compromissos a pagar (Nota 15)	-	-	11.180	-
Outros	-	-	5.131	-
269.827	254.190	339.463	315.115	
Patrimônio líquido (Nota 18)				
Capital social	369.319	364.392	369.319	364.392
Gastos com emissão de ações	(2.819)	(2.819)	(2.819)	(2.819)
Reservas de capital	114.298	109.760	114.298	109.760
Ações em tesouraria	(11.348)	(6.347)	(11.348)	(6.347)
Reservas de lucros	237.585	153.949	237.585	153.949
707.035	618.935	707.035	618.935	
1.018.378	909.045	1.239.810	1.068.718	

Total do passivo e patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de lucro				Total
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de ações	Opções outorgadas	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Retenção lucros	Ações em tesouraria	
Em 1º de janeiro de 2011	360.443	(306)	97.041	9.810	(405)	10.270	90.185	(297)	585.898
Aumento de capital	3.949	-	-	-	405	-	-	-	3.949
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	405
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	70.155
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	3.509	49.985	-	(53.494)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.661)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.157)
Reserva esp. de ação na incorporação	-	-	(476)	-	-	-	-	-	(476)
Opções outorgadas	-	-	-	3.385	-	-	-	-	3.385
Custo de emissão de ações	-	(2.513)	-	-	-	-	-	-	(2.513)
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	(4.459)	-	-	(4.459)	(4.459)
Opção recompra ações	-	-	-	-	(1.591)	-	-	(1.591)	(1.591)
Em 31 de dezembro de 2011	364.392	(2.819)	96.565	13.195	-	13.779	140.170	(6.347)	618.935
Aumento de capital	4.927	-	-	-	-	-	-	-	4.927
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	109.687
Destinação do lucro líquido:									
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	5.484	78.152	-	(83.636)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.051)
Opções outorgadas	-	-	-	4.538	-	-	-	-	4.538
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	(2.376)	-	-	(2.376)	(2.376)
Opção recompra de ações	-	-	-	-	(2.625)	-	-	(2.625)	(2.625)
Em 31 de dezembro de 2012	369.319	(2.819)	96.565	17.733	-	19.263	218.322	(11.348)	707.035

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil. A sede corporativa da Companhia está localizada na Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 199, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma sociedade anônima com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado. O Grupo possui doze empresas, sendo dez mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada e, reúne uma Universidade, quatro Centros Universitários e trinta e três faculdades, distribuídas em vinte Estados do país. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 26 de março de 2013, autoriza a divulgação destas demonstrações financeiras.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo, quando aplicável.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para crédito de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências (Nota 2.2.3).
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em prazo não superior a um ano.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).
(b) Demonstrações financeiras individuais
As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.2. Consolidação
As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(a) Controladas
Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.
O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.
O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados.
Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é assim resumida:

	Direta - %	
	31/12/2012	31/12/2011
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	100	100
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	100	100
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	100	100
Estácio Editora	100	100
	Indireta - %	
	31/12/2012	31/12/2011
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	100	100
ANEC - Sociedade Natulense de Educação e Cultura Ltda. ("FAL")	100	100
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	100	100
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda.	100	(*)
Faculdade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	100	(*)
Unisãoluis Educacional S.A. ("Unisãoluis")	100	(*)
UNIUL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUL")	100	(*)
Sociedade Educacional da Amazônia ("Seama")	100	(*)

(*) controladas adquiridas em 2012 (Nota 2.3)
O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.
O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

2.3. Combinação de negócios
(i) Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")
Em 24 de janeiro de 2011, a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP, a totalidade das quotas do capital social Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de Boa Vista, Estado de Roraima. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade Atual da Amazônia ("FAA"). O valor da transação foi de R\$20.092, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa, sendo que em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um saldo de R\$ 1.274 a pagar referente a esta aquisição.
Na data de aquisição a FAA possuía 4.500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado de Roraima (informações não auditadas).

(ii) ANEC - Sociedade Natulense de Educação e Cultura ("FAL")
Em 22 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da ANEC - Sociedade Natulense de Educação e Cultura Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. A Sociedade é a mantenedora da Faculdade de Natal ("FAL"). O valor da transação foi de R\$ 12.400 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa.
Em dezembro de 2010, a FAL possuía 2.400 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade, através da Faculdade Estácio de Natal - FEN, com 1.600 alunos, a transação representa um crescimento importante em Natal, uma das principais capitais da região Nordeste, com maior aproveitamento de sinergias e ganhos de escala (informações não auditadas).

(iii) Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios ("Nova Academia")
Em 7 de abril de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas do capital social da sociedade Nova Academia do Concurso-Cursos Preparatórios Ltda. ("Academia do Concurso"), sociedade limitada, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. A Sociedade é proprietária e gestora da operação de cursos presenciais preparatórios para concursos públicos (carreiras fiscais e nível médio) e, ainda, dos ativos e direitos relativos à gestão (incluindo transferência da manutenção) da Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura ("FABEC"). O valor da transação foi de R\$ 16.078, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa, não havendo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2011.
Na data de aquisição a Academia do Concurso possuía mais de 29.000 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação, sendo a instituição líder em ensino superior privado do Estado do Rio de Janeiro (informações não auditadas).

(iv) Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte (FATERN)
Em 12 de abril de 2011 a Companhia adquiriu por meio de sua subsidiária IREP a totalidade das quotas do capital social da FATERN - Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de Natal Estado do Rio Grande do Norte. O valor da transação foi de R\$ 22.000 parte em pagamento aos sócios e parte em assunção de obrigações da empresa, sendo que em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um saldo de R\$ 1.757 a pagar referente a esta aquisição.
Em 31 de março de 2011, a FATERN possuía 3.350 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. Considerando que a Estácio já está presente na cidade através da Faculdade Estácio de Natal e da Faculdade de Natal, a transação posiciona a Companhia como segunda maior instituição de ensino superior privada, com aproximadamente 8.000 alunos, numa das principais e mais prosperas capitais da região Nordeste (informações não auditadas).

(v) Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")
Em 5 de abril de 2012, o Grupo adquiriu, a totalidade das quotas do capital social da SEAMA, mantenedora da Faculdade Seama, com sede e campus na Cidade de Macapá, Estado do Amapá. O valor da transação foi de R\$ 21.720, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.
Na data de aquisição a Seama possuía 2.750 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação.
Essa aquisição possibilitará a expansão da Companhia em um mercado que já atua, tornando-se, assim, a maior instituição de ensino superior privado da cidade.

(vi) IDEZ Empreendimentos Educacionais LTDA ("IDEZ")
Em 25 de junho de 2012, o Grupo adquiriu a totalidade das quotas do capital social da IDEZ, mantenedora da Faculdade de Tecnologia IBRATEC de João Pessoa ("UNIBRATEC"), com sede e campus na Cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba. O valor da transação foi de R\$2.750, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data de aquisição a IDEZ possuía 500 alunos matriculados em seus cursos presenciais de graduação e pós-graduação. A consolidação das atividades na Paraíba marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.

(vii) SOCIEDADE EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL LTDA. ("FARGS")
Em 1º de agosto de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da FARGS, mantenedora das Faculdades Riograndenses, instituição com sede e campi na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O valor transação da FARGS foi de R\$ 9.000, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.
A FARGS foi fundada em 1990 e possui aproximadamente 1.100 alunos e 117 professores alocados em 2 campi, disponibiliza 1.680 vagas anuais, contando em seu portfólio 11 cursos superiores e 8 de pós-graduação, além de cursos de extensão e cursos livres.

(viii) UNIUL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUL")
Em 21 de agosto de 2012 o Grupo adquiriu a totalidade das ações da UNIUL, mantenedora da Faculdade de Tecnologia do Uniuol, instituição com sede e campus na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.
O valor transação da UNIUL foi de R\$ 616, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

A UNIUL foi fundada em 2001 e possui aproximadamente 300 alunos e 37 professores alocados em 1 campus, contém em seu portfólio 3 cursos de graduação tecnológicos e 6 de pós-graduação (*Unisãoluis Educacional Ltda* ("Unisãoluis"))
Em 12 de setembro de 2012 a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Unisãoluis, com sede e campus na cidade de São Luis, Estado do Maranhão.
O valor da transação foi de R\$22.154, incluindo pagamento aos sócios e assunção de obrigações da empresa.

Na data da aquisição a Unisãoluis possuía 4.000 alunos matriculados em seus cursos. A consolidação das atividades no Maranhão marcará a chegada da Estácio ao estado, consolidando a posição de instituição de ensino superior privado líder na região nordeste.
Não se espera que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda. A tabela a seguir resume as contraprestações pagas e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos nas datas das aquisições, realizadas em 2011 e 2012:
Contraprestações pagas e valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos - Aquisições realizadas em 2011

	FAL	FABEC	FATERN	NOVACP	EDITORA	ATUAL	TOTAL
Valor da aquisição							
Caixa	2.312	1.000	7.960	15.079	5	11.473	37.829
Compromissos a pagar	888	-	1.731	-	-	500	3.119
Total da Contraprestação	3.200	1.000	9.691	15.079	5	11.973	40.948
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	6.932						



2.4. Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.
(a) Receita de serviços
 A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.
 O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras
 As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.5. Conversão de moeda estrangeira
 Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa
 Os equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.7. Títulos e valores mobiliários
 A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado.
- Títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do período quando da liquidação do título.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.8. Contas a receber e menssaldades antecipadas
 As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como menssaldades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("Provisão para devedores duvidosos - PDD" ou *impairment*).

2.9. Provisão para devedores duvidosos
 É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de menssaldades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.10. Investimentos em controladas (aplicável somente para as demonstrações financeiras individuais)

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.11. Imobilizado
 O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do período em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

2.12. Intangível

(a) Ágio
 O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio (carteira de alunos)
 As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(c) Softwares
 As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao produto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.

• O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Os custos de desenvolvimento de softwares não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.13. Impairment de ativos não financeiros
 Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.14. Arrendamento mercantil
 • Arrendamento financeiro
 Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade do um ativo. Esses contratos são caracterizados como contrato de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota 10. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

• Arrendamento operacional
 São reconhecidos no resultado do período pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.15. Empréstimos e financiamentos
 Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
 A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17. Provisão para desmobilização de ativos
 Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino da Companhia estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes dão origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.18. Provisões
 As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja baixa.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.19. Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IFRJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
 - IOF em operações de crédito tributário, instituída pelo Decreto nº 30 de dezembro de 1991; e
 - PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.
- As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica. Ainda em decorrência da alteração da forma jurídica para sociedade empresária, os seguintes eventos passaram a ocorrer a partir de outubro de 2005 e fevereiro de 2007:

- (i) Término da imunidade tributária no âmbito do Imposto sobre Serviços ("ISS"); e
- (ii) Perda da isenção de 100% da cota patronal do Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), arcando com o ônus da mesma em bases escalonadas como previsto na legislação do PROUNI (40% no 1º ano, 40% no 2º ano até 100% no 5º ano). Em 2012, a Companhia passou a arcar com 100% da cota patronal do INSS.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social corrente foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permite que esses tributos não sejam recolhidos sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica e sejam transformados em reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e do COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incidem o PIS e o COFINS nas alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incidem o PIS à alíquota de 1,65% e o COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicado no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.20. Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a Companhia recebe os serviços prestados e criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.22. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 22)

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.23. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.24. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos
 A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas
 As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

(i) Perda (impairment) do ágio
 Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2012	2011
Margem bruta (i)	38,7%	34%
Taxa de crescimento (ii)	5%	5%
Taxa de desconto (iii)	14,6%	14,1%

(i) Margem bruta orçada.
 (ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.
 (iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 15,6% ao invés de 14,6%), o Grupo também não teria reconhecido nenhuma perda (*impairment*) do ágio.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações
 A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 2.1(b).

(iii) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas
 A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos
 A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saído de vida útil econômica dos ativos.

2.25. Demonstrações dos fluxos de caixa
 As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.26. Demonstração do valor adicionado ("DVA")
 Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de demonstrações financeiras e como informação complementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e distribuição de capitais próprios.

2.27. Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração
 Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Inadimplência financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estando ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- a redução da adesão na aquisição do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente
 A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a Companhia não possuía operações com derivativos.

Empréstimos e recebíveis - Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Impairment de ativos financeiros
 O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.28. Informações por segmento
 Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.29. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
 As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.

IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não são esperados impactos nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência dessa alteração de norma.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descaçamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas". Apoiar-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O



A movimentação na provisão para devedores duvidosos consolidado segue demonstrada abaixo:

Descrição	Aumento bruto da provisão		Recuperação da provisão	Efeito líquido	Baixa	
	31/12/2011	31/12/2012			31/12/2011	31/12/2012
Mensalidades e taxas	56.815	137.117	(56.558)	80.559	(77.672)	59.702
Adquiridas	12.477	24.404	(9.545)	14.859	(10.601)	16.735
	<u>69.292</u>	<u>161.521</u>	<u>(66.103)</u>	<u>95.418</u>	<u>(88.273)</u>	<u>76.437</u>

A fim de facilitar a compreensão e permitir a reconciliação direta da provisão para devedores duvidosos, entre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, a Companhia entende que tal movimentação deve considerar como complemento o montante consolidado que resta sem recebimento após 180 dias da data do respectivo faturamento e como recuperação, o montante consolidado recebido/re negociado dos boletos que até o mês anterior não haviam sido liquidados.

- alunos FIES com fiador (foi constituída provisão para o percentual de 2,25% das contas a receber com essa característica, considerando as premissas de 15% de risco de crédito sobre 15% de inadimplência);
- para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída provisão para os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%;
- para o risco não coberto do FGEDUC foi constituída para os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) sobre os 15% de risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%;
- para a provisão para perda constituída sobre o saldo dos depósitos vinculados baseados nos 2% da contribuição do FGEDUC constituídos a título de Garantia Mínima, sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.

No exercício findo em 31 de dezembro a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 26), reconhecida na demonstração do resultado na rubrica "despesas comerciais", estava representada da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
Complemento da provisão	95.418	66.208
Baixa de cobrança e depósito não identificados	427	(8.226)
Venda da carteira de 2010	(5.195)	(3.850)
Efeito das adquiridas no ato da aquisição (**)	(11.108)	-
Outros	505	225
	<u>80.047</u>	<u>54.357</u>

(**) Representa o saldo de PDD no balanço patrimonial das adquiridas no ato da aquisição, que, portanto não transitaram pelo resultado consolidado da Companhia.

5. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do § 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 e estão descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado		Indexação
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Ativo circulante					
Mútuo					
Sociedades controladas					
SESES	813	19.783	-	-	110% CDI
IREP	-	2.722	-	-	110% CDI
Nova Academia do Concurso	-	182	-	-	110% CDI
FAL	-	924	-	-	110% CDI
FATERN	-	51	-	-	110% CDI
IREP	78	78	-	-	110% CDI
Editora	6	-	-	-	-
	<u>897</u>	<u>23.740</u>	-	-	-
Pessoas ligadas	-	-	<u>259</u>	<u>259</u>	100% CDI
	<u>897</u>	<u>23.740</u>	<u>259</u>	<u>259</u>	-
Despesas antecipadas (i e ii)	-	<u>1.399</u>	<u>1.300</u>	<u>1.415</u>	-
Fundo de investimento (iii)	<u>1.027</u>	-	-	-	-
	<u>1.027</u>	-	-	-	-
Ativo não circulante					
AFAC - Investimentos					
Nova Academia	705	1.204	-	-	-
Estácio Editora	-	250	-	-	-
SESES	35.900	43.642	-	-	-
	<u>36.605</u>	<u>45.096</u>	-	-	-
Passivo circulante					
Sociedades controladas					
SESES	3.119	2.688	-	-	110% CDI
IREP	3	8.833	-	-	110% CDI
	<u>3.122</u>	<u>11.521</u>	-	-	-
Composição resultado					
Resultado em operações de mútuo			<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	
Juros recebidos			379	243	
Juros pagos			(331)	(531)	
Resultado líquido em 31 de dezembro			<u>48</u>	<u>(288)</u>	

(i) Em 4 de junho de 2008, a Companhia firmou um Contrato de Consultoria ("Contrato") com a Marone Consultoria e Participações Ltda. ("Marone"), sociedade controlada pelos Srs. André Cleófas Uchôa Cavalcanti e Marcel Cleófas Uchôa Cavalcanti, detentores de, aproximadamente, 0,8% das ações ordinárias de emissão da Companhia e acionistas integrantes do Acordo de Acionistas, celebrado em 4 de junho de 2008, tendo por objeto a prestação de serviços relacionados às atividades acadêmicas e de ensino superior e ao planejamento estratégico e desenvolvimento de novos negócios, além de estabelecer a obrigação de não competição por parte da Marone. O referido Contrato vigorou pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, a partir da data de sua assinatura.

Em contrapartida pelo comprometimento de não atuarem no setor de educação em entidades concorrentes nem, de qualquer forma, competirem com a Companhia e suas controladas, bem como pelos serviços prestados, foi estabelecida a remuneração total de R\$ 14.000, composta da seguinte forma: R\$ 2.800, no ato da assinatura do Contrato, a título de antecipação que será diluída ao longo de sua vigência, para a qual não há previsão de atualização monetária ou incidência de encargos financeiros, e 48 parcelas mensais, iguais e consecutivas no valor de R\$ 233, cujo vencimento da primeira ocorreu no dia 6 de junho de 2008. Ficou acordado, ainda, que o valor das referidas parcelas será corrigido, no menor periodicidade admitida por lei, pelo IGP-M/FGV ou, na sua falta, por outro índice equivalente que venha a substituí-lo, desde a data da assinatura do Contrato até a data do efetivo pagamento de cada parcela.

A obrigação de não competição assumida pela Marone, pelos seus sócios e por quaisquer sociedades das quais estes venham a ser controladores é válida em todo território nacional. No entanto, ficam excluídas dessa obrigação as seguintes sociedades mantenedoras: SESSE, SESAL, SESAP e UNEC, incorporadas pela IREP em 30 de junho de 2010, conforme protocolo de incorporação assinado nessa data, as quais o controle societário já havia sido transferido para a Companhia. O Conselho de Administração, em reunião realizada em 23 de julho de 2008, aprovou a celebração desse Contrato de Consultoria. Em 15 de janeiro de 2010 foi firmado o Termo Aditivo ao Contrato de Consultoria, contemplando o pagamento a título de antecipação, do valor de R\$ 4.909, que representa um deságio de 30% sobre o valor total do contrato.

O referido contrato que foi contabilizado em despesas antecipadas foi liquidado em 31 de julho de 2012.

(ii) Em 5 de julho de 2011, a Companhia firmou Contrato de Prestação de Serviço de Gestão com a ARemor Consultoria e Treinamento Ltda ("ARemor") cujo o objeto consiste em serviços de gestão e administração das unidades situadas na Regional Norte, compreendendo serviços relacionados às melhores práticas e esforços da Companhia para (i) obtenção de licenças, certificados, autorizações do Ministério da Educação e Cultura ou qualquer outro órgão governamental necessário à condução ou expansão das atividades das unidades situadas na Regional Norte, (ii) quando solicitado, representar os interesses das unidades situadas na Regional Norte da Companhia junto a entidades governamentais locais, estaduais ou federais, (iii) orientar e prestar todo o auxílio necessário para que as unidades situadas na Regional Norte da Companhia venham a se tornar um Centro Universitário, (iv) manter registros e processos em ordem, garantindo êxito nos processos de auditoria interna e externa, (v) elaborar e cumprir o orçamento das unidades situadas na Regional Norte, de acordo com orientações da Companhia, (vi) elaborar estratégias e campanhas de marketing local (alinhas às diretrizes da Companhia e de seus controladores) para prospeção de novos alunos e crescimento das unidades situadas na Regional Norte, (vii) elaborar estratégias para manutenção da base de alunos das unidades situadas na Regional Norte, (viii) garantir a satisfação dos alunos e clima dos funcionários, (ix) ter recede de relacionamentos com público externo; (x) garantir o plano de expansão das unidades situadas na Regional Norte da Estácio aprovado no plano de CAPEX, (xi) garantir a implantação dos grandes projetos corporativos nas unidades situadas na Regional Norte da Companhia, (xii) orientar melhorias nas atividades da secretaria local, (xiii) implementar e manter a cultura, visão, missão, e valores, da Companhia e de seus controladores, (xiv) garantir as boas condições de funcionamento das unidades situadas na Regional Norte da Companhia, e (xv) demais outras atividades relacionadas às unidades situadas na Regional Norte da que venham a ser razoavelmente solicitadas pela Companhia. Em janeiro e maio de 2012 foram adiantados à ARemor R\$ 1.000 e R\$ 300, respectivamente, que corresponde parte do contrato. Esse preço está associado ao atingimento de metas de base de alunos que serão viabilizadas pela obtenção de licenças, certificados e autorizações que transformarão as unidades situadas na Regional Norte em Centro Universitário. O valor pago antecipadamente será considerado incorrido na medida em que as metas forem sendo batidas de forma consistente.

(iii) Em 16 de agosto de 2012, a Companhia aplicou o valor de R\$ 1.000 no Fundo Exclusivo de Investimento Estapar do banco BTG Pactual, cuja carteira é composta por cotas do fundo BRZ Renda Fixa Fundo de Investimento CP ("Fundo BRZ"). A GP Investimentos possui participação de 91,6% no capital social da BRZ Investimentos, gestora do Fundo BRZ. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui R\$ 1.027 aplicados no respectivo fundo.

6. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Seguros	100	1	1.393	95
Material didático (*)	-	-	6.128	3.517
Antecipação de férias e encargos	-	-	21.522	4.652
Outras despesas antecipadas	442	1.398	3.225	2.718
Total	<u>542</u>	<u>1.399</u>	<u>32.268</u>	<u>10.982</u>
Ativo circulante	542	1.399	30.931	10.318
Ativo não circulante	-	-	1.337	664
	<u>542</u>	<u>1.399</u>	<u>32.268</u>	<u>10.982</u>

(*) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem são contabilizados como despesa antecipada e apropriados ao longo do período a que se referem.

7. Impostos e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ	6.301	5.143	15.761	13.249
CSLL	249	155	2.112	1.467
PIS	(2)	2	171	220
COFINS	(5)	13	501	758
ISS	74	57	11.581	1.906
INSS	-	-	1.194	586
FGTS	-	-	43	6
IOF	105	99	111	105
	<u>6.722</u>	<u>5.469</u>	<u>31.474</u>	<u>18.297</u>
Ativo circulante	-	-	10.588	12.828
Ativo não circulante	6.722	5.469	20.886	5.469

8. Investimentos em controladas

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
Sociedade de Ensino Superior Estácio Sá Ltda- Seses	453.115	349.144
IREP-Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda.	350.141	300.405
Sessa	-	-
Nova Academia de Concurso - Cursos Preparatórios Ltda.	14.814	13.519
Estácio Editora e Distribuidora LTDA	(18)	(10)
	<u>818.052</u>	<u>663.058</u>

As informações das controladas está representada a seguir:

Participação	Qtd. de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado da equivalência Patrimonial
100%	267.227	609.571	192.357	417.214	35.900	50.884
100%	211.000	454.503	166.804	287.699	-	84.881
100%	4.475	3.995	3.903	92	705	(1.623)
100%	250	41	64	(23)	5	(8)
	-	-	-	-	36.605	134.134

Participação	Qtd. de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Resultado da equivalência Patrimonial
100%	127.247	522.735	217.233	305.501	43.642	41.432
100%	209.500	381.446	143.481	237.965	-	49.866
SESSA	-	-	-	-	-	109
100%	1.057	4.400	5.849	(1.448)	1.204	(1.946)
100%	1	41	307	(265)	250	(265)
	-	-	-	-	45.096	89.196

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2010	Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2011	Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2012
530.423	683.058	818.052
Equivalência patrimonial	134.134	663.058
Ajuste de avaliação patrimonial	498	498
Aquisições	13.767	13.767
Goodwill	(4.163)	(4.163)
Baixa de investimento	84.697	84.697
Adiantamento para futuro aumento de capital	(55.154)	(55.154)
Dividendos	3.385	3.385
Opções outorgadas	683.058	683.058
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2011	683.058	683.058
Equivalência patrimonial	134.134	134.134
Aumento de capital	86.156	86.156
Dividendos	(93.699)	(93.699)
Reserva de retenção de lucros (i)	23.865	23.865
Opções outorgadas	4.538	4.538
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2012	818.052	818.052

9. Intangível

	Controladora			Consolidado									
	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Fundo de comércio	Marcas e patentes	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	6	-	6	90.694	13.037	10.193	1.313	16.688	2.348	-	-	2.412	136.685
Adições	-	818	818	61.895	19.041	-	-	17.118	-	1.000	-	5.995	105.049
Baixas	-	-	-	(1.604)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.604)
Transferências	-	-	-	(9.395)	139	-	-	-	-	9.395	-	(139)	-
Depreciação/amortização	-	-	-	(5.250)	(2.205)	(388)	(3.685)	(470)	-	-	-	(12,273)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6	818	824	141.590	26.967	7.988	925	30.121	1.878	10.395	2	7.993	227.857
Decorrente de combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	61.446	18.069	386	-	11.597	-	1.143	-	11.539	104.180
Baixas	-	-	-	(175)	-	-	-	-	-	-	-	-	(175)
Transferências	-	-	-	(5.595)	(15)	15	-	-	-	5.595	-	-	-
Depreciação/amortização	(1)	(273)	(274)	(13.971)	(2.851)	(388)	(1.306)	(469)	(4.627)	(2)	(352)	(23,966)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506	-	19.180	307.898

	Controladora			Consolidado									
	Direito de uso de software	Fundo de comércio	Total	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	EAD e integração	CSC	Central de ensino	Central de relacionamento	Fundo de comércio	Marcas e patentes	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Decorrente de combinação de negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo total	7	818	825	204.190	70.565	14.656	1.940	46.837	2.348	17.133	-	19.797	377.466
Amortização acumulada	(2)	(273)	(275)	(6.924)	(39.515)	(9.118)	(1.403)	(6.425)	(939)	(4.627)	(2)	(617)	(69,570)
Valor residual	5	545	550	197.266	31.050	5.538	537	40.412	1.409	12.506	-	19.180	307.898
Saldos em 31 de dezembro de 2011	7	818	825	148.514	57.768	14.255	1.940	35.240	2.348	10.395	-	8.258	278.718
Amortização acumulada	(1)	-	(1)	(6.924)	(30.801)	(6.267)	(1.015)	(5.119)	(470)	-	-	(265)	(50,861)
Valor residual	6	818											



ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 08.807.432/0001-10



13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
ISS a recolher	2	16	11.161	4.275
IRRF a recolher	16	60	5.583	5.344
PIS e COFINS a recolher	3	179	922	1.060
IOF	-	-	384	64
	21	255	18.050	11.192
IRPJ a recolher	-	-	3.031	3.215
CSLL a recolher	3	7	1.148	1.220
	3	7	4.179	4.435
	24	262	22.229	15.627

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
IRPJ	72	70
CSLL	115	125
FGTS	17	13
ISS	167	-
PIS	66	80
COFINS	346	270
INSS	7.842	4.038
IPTU	-	54
	8.620	4.650
Passivo circulante	2.210	219
Passivo não circulante	6.410	4.431
	8.620	4.650

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela SELIC. Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social.

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
2013	-	361
2014	697	361
2015	1.757	361
2016	697	361
2017	697	361
2018 a 2027	3.622	2.626
	6.410	4.431

15. Compromissos a pagar

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Atual	1.274	1.275
Fal	87	1.332
Faltam	697	361
Seama	5.145	-
Idez	445	-
Mentessori	-	1.500
Fargs	2.072	-
Uniuol	583	-
São Luis	12.802	-
	24.165	5.374
Passivo circulante	12.985	5.374
Passivo não circulante	11.180	-
	24.165	5.374

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários referente a aquisição das empresas relacionadas, sendo corrigidos mensalmente por um dos seguintes índices: taxa SELIC ou IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) ou variação do CDI.

16. Provisões para contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2012		
Cíveis	3.955	13.138
Trabalhistas	19.241	62.157
Tributárias	9	7.926
Saldo total	23.205	83.221
Saldos em 31 de dezembro de 2011		
Cíveis	4.182	11.929
Trabalhistas	27.894	45.273
Tributárias	343	6.362
Saldo total	32.419	63.564

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	343	27.894	4.182	32.419
Decorrente de combinação de negócios	-	395	57	456
Adições	-	4.238	880	5.118
Reversões	(334)	(5.219)	434	(5.119)
Baixas	-	(8.071)	(1.598)	(9.669)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9	19.241	3.955	23.205

No período findo em 31 de dezembro de 2012 a despesa com provisão para contingências, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica 'despesas gerais e administrativas', estava representada da seguinte forma:

Composição resultado	
Adições	5.118
Reversões	(5.119)
Reversão Responsabilidade Antigos Cotistas	(807)
Despesas gerais e administrativas (Nota 26)	(808)

(a) Cíveis
A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico. Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração mantém provisão no montante de R\$ 3.955 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.182 em 31 de dezembro de 2011).
Dentre as principais ações classificadas com risco de perda provável, podemos destacar a ação indenizatória, decorrente de acidente com "bala perdida" sofrida por uma aluna no interior do Campus Rebouças. A sentença de 1ª instância julgou parcialmente procedente o pedido para, em síntese, condenar a Companhia a pagar à aluna (a) o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) a título de danos morais e estéticos; (b) pensão mensal equivalente a um salário mínimo até que ela completasse 65 anos; e (c) o valor relativo ao tratamento médico necessário para a sua recuperação, a ser apurado em posterior fase de liquidação de sentença. Aos pais da aluna, foi concedida indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada, e, aos irmãos, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada, também sob esse título. As partes interuseram recurso de apelação contra a referida sentença. Além disso, o Tribunal condenou a Companhia a arcar com os custos do tratamento psicológico dos pais e irmãos da vítima. A Companhia interpôs recurso extraordinário, o qual se encontra pendente de julgamento. O saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.647 (R\$ 1.647 em 31 de dezembro de 2011).
Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza cível, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 73.148 (R\$ 43.185 em 31 de dezembro de 2011).
Dentre as principais ações cíveis não provisionadas, podemos destacar:

- (i) Ação de cobrança decorrente de contrato de seguro de saúde, através da qual a seguradora alega, que o prêmio pago não foi suficiente para suportar todos os sinistros verificados na vigência do seguro saúde dos funcionários da Companhia. O processo encontra-se em fase de conhecimento. O valor estimado para esse processo é de R\$ 5.782.
- (ii) Ação de cobrança de aluguel e outras obrigações, decorrente de Contrato de Sublocação do imóvel, firmado em 1º de janeiro de 1998, e encerrado em 15 de setembro de 2008, cuja entrega das chaves, ação essa em que a parte autora pleiteia, resumidamente, a condenação da Companhia no (i) pagamento as diferenças de aluguéis no valor de R\$ 496; (ii) pagamento do valor necessário para a reparação do imóvel, estipulado em R\$ 1.080, conforme devidamente apurado por meio de três orçamentos apresentados unilateralmente pela autora; (iii) aluguéis referentes ao período em que o imóvel está supostamente indisponível para utilização, tendo em vista as alegadas péssimas condições em que se encontra, até o tempo necessário para a realização dos reparos; (iv) multa correspondente a 3 meses de aluguel, pelo suposto descumprimento da obrigação de apresentar a documentação do imóvel e de devolver o imóvel em condições de uso. Em 15 de setembro de 2011, foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia ao pagamento de perdas e danos. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pelas partes. O valor estimado para esse processo é de R\$ 1.500.
- (iii) Ação de indenização, através da qual se objetiva a entrega de diploma do curso de tecnólogos em análises clínicas - curso que foi extinto pelo Ministério da Educação - MEC, bem como o pagamento de indenizações, a título de perdas e danos morais. O processo está em fase de conhecimento, tendo sido iniciada a fase probatória com o requerimento de produção de prova testemunhal e documental superveniente. Em 10 de abril de 2012, foi prolatada sentença julgando procedente em parte o pedido autor para condenar a Companhia ao pagamento de R\$ 10 a cada um dos 19 autores à título de dano moral, afastando assim a indenização por dano material e lucro cessante. A ação encontra-se pendente de julgamento, sendo a data de distribuição efetivada em 15 de outubro de 2012. O valor estimado para esse processo é de R\$ 190.
- (iv) Ação Cível Pública, com pedido de tutela antecipada, proposta pelo Ministério Público Federal em face de várias instituições de ensino superior, incluindo a Companhia, através da qual se objetiva a abstenção das rés de cobrarem taxa para a confecção da primeira via do diploma de conclusão de curso e a devolução em dobro da taxa cobrada dos ex-alunos já formados. Foi proferida sentença de procedência parcial, condenando a Companhia a se abster de cobrar qualquer valor pela expedição e registro da primeira via do modelo oficial de diploma de graduação. Portanto, a referida decisão não gera impacto financeiro. Foi interposto recurso de apelação pelo Ministério Público, o qual está pendente de julgamento. O valor estimado da causa é de R\$ 1.000.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores. Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a administração da Companhia mantém provisão no montante de R\$ 19.241 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 27.894 em 31 de dezembro de 2011).
Nossos consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza trabalhista com perda possível, cujo valor total de pedidos em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 104.324 (R\$ 77.311 em 31 de dezembro de 2011).
As causas classificadas com risco de perda possível decorrem de preponderantemente questionamentos sobre horas extras, férias não gozadas, diferenças salariais decorrentes de reduções de cargas horárias de professores.
Dentre as principais ações trabalhistas classificadas com risco de perda possível, destacam-se aquelas movidas por Sindicatos de Professores, tais como:
(i) Ação movida pelo Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro, por meio da qual requer o pagamento de reajustes salariais em favor do corpo docente da Companhia (cerca de 5.595 professores quando da distribuição da ação), como previsto na Convenção Coletiva: 3% a partir de 1º de abril de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003 e 6,62% a partir de 1º de outubro de 2004 sobre o salário devido em outubro de 2003. Requer, também, multa de 10% sobre o salário base de cada professor substituído por descumprimento da norma coletiva de trabalho. Foi proferida decisão desfavorável para a Companhia. O processo encontra-se em fase recursal, aguardando o julgamento do recurso interposto pela Companhia. O valor estimado é de R\$ 1.500.
(ii) Ação movida pelo Ministério Público do Trabalho, na qual se discute a legalidade da alteração praticada pela Companhia no contrato de trabalho dos professores horistas, com a consequente mudança do sistema de cálculo dos pagamentos dos salários e a legalidade do procedimento trabalhista em manter professores em seu corpo docente sem turmas para ministrar aulas, situação de suspensão tácita e unilateral dos contratos de trabalho. O processo encontra-se pendente de julgamento de 1ª instância judicial. O valor estimado da causa é de R\$ 500.
(iii) Ação de Cumprimento movida pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, através da qual requer o pagamento de diferenças salariais decorrentes da alegada não observância da isonomia salarial que deveria ser praticada entre o corpo de docentes, além do pagamento de multa de 10% prevista em Convenção Coletiva do Trabalho por descumprimento de obrigações convencionadas nesse instrumento. O processo encontra-se em fase de perícia. O valor atribuído aleatoriamente à causa pela parte autora é de R\$ 50.

(c) Tributárias

Os consultores jurídicos da Companhia efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária e, para suportar as prováveis perdas com essas causas, a Administração mantém provisão no montante de R\$ 9 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 343 em 31 de dezembro de 2011).
Da mesma forma, os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das diversas ações de natureza tributária, classificadas com risco de perda possível, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 336.668 (R\$ 206.934 em 31 de dezembro de 2011).
A Companhia informa, ainda, que as ações tributárias classificadas com risco de perda remota, na mesma data, somam o valor de R\$ 954.809.

Dentre as principais ações de natureza tributária não provisionadas nas informações contábeis intermediárias, podemos destacar:

- (i) Em 2008, foram lavrados 24 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos aos exercícios sociais de 2013, 2004 e 2005 e descumprimento de obrigações acessórias, assim como foi lavrado termo de arrolamento de bens imóveis, no valor total de tais autuações. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da controlada SESES como entidade beneficiária de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 9 de fevereiro de 2007 quando se transformou em sociedade empresária. Foram interpostos recursos voluntários pela Companhia, os quais se encontram pendentes de julgamento perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. Em virtude dos efeitos da decadência do direito de cobrar os alegados débitos do período de janeiro a novembro de 2003, o valor total envolvido dessas autuações reduziu de R\$ 552.592 para R\$ 360.108 em 2012. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos continua a ser remota.
- (ii) Em 2011, foram lavrados 4 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJ/O. Em agosto de 2012, a foi proferida decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às impugnações da Companhia, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de janeiro a julho de 2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. O valor total envolvido, sem considerar os efeitos da decadência, é de R\$ 185.832. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é remota.
- (iii) Em 2010, foi movida Ação Popular, objetivando anular o Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), emitido relativamente ao triênio 2001 a 2003 e, por consequência, a compeli a SESES a ressarcir o erário público os tributos não recolhidos, em decorrência de sua imunidade. Em 22 de setembro de 2009, foi publicada decisão que reconheceu a ilegitimidade passiva da Companhia. Em 26 de novembro de 2010, foram opostos Embargos de Declaração pelo autor, os quais foram rejeitados, conforme sentença publicada em 11 de fevereiro de 2011. Em 1 de março de 2011, foi juntado recurso de apelação interposto pelo autor, o qual se encontra pendente de julgamento. Em 14 de junho de 2011, a SESES apresentou suas contra-razões à apelação. No momento, aguarda-se o julgamento da apelação. De acordo com os nossos consultores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesse processo é remota e o valor atualizado da demanda é de R\$ 203.056.
- (iv) Em 2009, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro o que aponta as supostas infrações: (i) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de janeiro de 2005 a janeiro de 2007, por ter transferido todo o seu patrimônio em fevereiro de 2007 para uma "nova sociedade por quotas limitadas"; (ii) não recolhimento de ISS sobre a prestação de serviços de ensino superior, no período de fevereiro de 2007 a julho de 2009, por não incluir na base de cálculo do ISS o valor das bolsas concedidas através do PROUNI; e (iii) insuficiência de retenção e recolhimento de ISS devido pelos serviços prestados por empresas de guarda, vigilância, conservação e limpeza de imóveis, no período de janeiro de 2005 a maio de 2009. Em 19 de fevereiro de 2010, a SESES apresentou impugnação ao referido auto de infração. No momento, aguarda-se decisão de 1ª instância. O valor atualizado da autuação é de R\$ 163.235. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é remota.
- (v) Em 2009, foi interposta Ação Ordinária distribuída pelo SESES, em face da União Federal/Fazenda Nacional, através da qual pleiteia autorização para recolher as contribuições previdenciárias, de acordo com a gradação prevista no artigo 13 da Lei nº 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), tendo essa gradação início a partir do 1º mês de realização da assembleia geral que autorizou a transformação da sua natureza jurídica para sociedade com fins lucrativos, ocorrida em fevereiro de 2007, resultando, por conseguinte, na seguinte gradação para recolhimento das contribuições previdenciárias pela SESES: 20% em 2007; 40% em 2008; 60% em 2009; 80% em 2010 e 100% em 2011, em detrimento do entendimento da fiscalização do INSS, a qual defende que a contagem do prazo de cinco anos para a aplicação da gradação dos percentuais previstos no referido artigo 13 da Lei do PROUNI teria o seu início com a publicação da referida Lei, o que ocorreu em 2005. Em 7 de agosto de 2012 o TRF julgou favoravelmente a aplicação da Companhia. Sendo assim, de acordo com a referida decisão, o início da fruição se dá a partir da data da Assembleia de Acionistas que alterou a natureza jurídica da SESES e não a data da publicação da Lei do Prouni. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso interposto pela Fazenda Nacional. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é de possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 11.770.
- (vi) Em 2009, foram lavrados autos de infração, através dos quais a Prefeitura de Niterói cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 a janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrita fiscal e contábil nos termos da legislação em vigor. Adicionalmente, são exigidas diversas multas por descumprimento de obrigações acessórias. Foram apresentados os recursos voluntários contra as decisões de 1ª instância administrativa que julgaram procedentes as impugnações apresentadas pela SESES. Foi proferida decisão de 2ª instância administrativa desfavorável a SESES. O valor total da autuação é de R\$ 11.882. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível.
- (vii) Ação Declaratória e de Repetição de Indébito distribuída pela SESES, em face da União Federal, para discutir judicialmente a exigência da contribuição ao PIS. Trata-se de ação objetivando a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária da obrigação do recolhimento da contribuição ao PIS na medida em que a Companhia era portadora do CEBAS, bem como do reconhecimento do direito à restituição dos valores recolhidos nos últimos dez anos. Em 1ª e 2ª instâncias, foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, reconhecendo a imunidade de crédito decorrente do recolhimento indevido. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento de recurso especial, interposto pela própria SESES para majoração de honorários advocatícios, bem como de recurso extraordinário, interposto pela União Federal, pleiteando a improcedência do pedido inicial. Por conta desse processo, foram depositados os valores que seriam devidos a título do PIS (à base de 1% da folha de pagamento), até o momento da transformação da SESES de entidade sem fins lucrativos e beneficiária de assistência social em sociedade empresária, ocorrida em 9 de fevereiro de 2007. O valor total depositado é de R\$ 9.179.
- (viii) Em 1997, foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal, contra a SESES, tendo por objeto alegados débitos de COFINS, relativos ao exercício social de 1996, por entender que a Instituição não preencheia todos os requisitos legais para sua qualificação como entidade beneficiária de assistência social e seu correspondente direito à imunidade tributária. Essa autuação continua sendo discutida em esfera administrativa, especificamente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 3.490.
- (ix) Em 2008, foi interposta ação anulatória distribuída pela SESES, em face da União Federal, objetivando deconstituir o crédito fiscal objeto da Intimação para Pagamento nº 86202/2008, consubstanciada na cobrança de contribuições previdenciárias supostamente devidas no período compreendido entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2008. Atualmente, o processo encontra-se em fase de conhecimento, aguardando decisão de 1ª instância. A classificação de risco de perda atribuída pelos consultores externos é possível e o valor atualizado da demanda é de R\$ 2.867.
- (x) Em 2012, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal para exigir da SESES a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), relativa ao período compreendido entre 31 de janeiro de 2006 e 31 de janeiro de 2007, supostamente incidente sobre receitas não decorrentes das atividades próprias da Instituição. A Companhia apresentou impugnação em 13 de outubro de 2010. No momento, aguarda-se a apreciação da referida impugnação. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor estimado da demanda é de R\$ 1.754.
- (xi) Em 2012, foi interposta ação anulatória de débito com pedido liminar para suspensão da exigibilidade do crédito, relativo a valores de ISS supostamente devidos no período compreendido entre janeiro de 2003 a janeiro de 2007. A classificação de risco de perda atribuída pelos assessores jurídicos externos é possível e o valor envolvido atualizado é de R\$ 3.287.
- (xii) Em 2011, foram lavrados 05 Autos de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da SESES, relativos ao período de fevereiro a dezembro de 2007, tendo por objeto supostos débitos de (a) contribuições previdenciárias (cota patronal) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados e contribuintes individuais e destinadas ao RAT (Risco Ambiental do Trabalho) sobre a remuneração de segurados empregados; (b) suposta não declaração de GFIP - Guia Fiscal de Informações Previdenciárias de contribuições previdenciárias calculadas e descontadas de segurados empregados e contribuintes individuais; (c) contribuições previdenciárias (INCRNA, FNDE, SESC e SEBRAE) incidentes sobre a remuneração de segurados empregados; e (d) multa por descumprimento de obrigação acessória, decorrente de alegadas incorreções e/ou omissões relacionadas a GFIP. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 30 de janeiro de 2012. Atualmente, as referidas impugnações estão pendentes de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJ/O. O valor total envolvido é de R\$ 22.458. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xiii) Em 2012, foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal em face da Estácio Participações, tendo por objeto supostos débitos de IRPJ e CSLL. O auto questiona a suposta impossibilidade de dedução de uma série de despesas por não se enquadrarem no conceito de operacionais (art. 299 do Decreto nº 3.000/1999). Foi apresentada impugnação, em 6 de novembro de 2012, através da qual, em linhas gerais, foi sustentado o enquadramento no conceito de operacional. Atualmente, a referida impugnação está pendente de julgamento na Delegacia Especial da Secretaria da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes no Rio de Janeiro - DEMAC/RJ/O. O valor total envolvido é de R\$ 3.873. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (xiv) Em 2012, foram recebidas 2 Execuções Fiscais distribuídas pela União Federal/Fazenda Nacional, tendo por objeto alegados débitos de contribuições previdenciárias decorrentes da divergência de interpretação do artigo 13 da Lei nº 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), que trata da gradação para recolhimento de tais contribuições. Em razão de tal divergência de interpretação de dispositivo legal, a Companhia distribuiu uma Ação Ordinária (vide item v da presente nota), na qual aguarda-se julgamento de recurso interposto pela União Federal contra a decisão de 2ª instância que foi totalmente favorável à tese da Companhia. Como a decisão proferida na referida Ação Ordinária não suspende o direito da Fazenda Nacional de cobrar os alegados débitos previdenciários, a Companhia, com base nos mesmos argumentos apresentados naquela Ação Judicial, apresentou os embargos às duas execuções, os quais se encontram pendentes de julgamento. O valor total envolvido dessas execuções é de R\$ 65.736. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

17. Adiantamentos de convênio

Em 3 de agosto de 2006, foi efetuado contrato de parceria entre as controladas da Companhia e o Unibanco com prazo de vigência até 31 de julho de 2011, onde o objeto principal deste contrato era o de conceder exclusividade/preferência ao Unibanco na oferta e no fornecimento de produtos e serviços aos alunos, funcionários e fornecedores, bem como de ser o principal provedor de serviços financeiros.

Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, ou seja, até 31 de julho de 2011, o Unibanco pagou as empresas controladas uma receita fixa de R\$ 15.954, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual. Em 18 de fevereiro de 2008, sem que tenha havido mudanças significativas nas principais cláusulas contratuais, as partes firmaram novo acordo prorrogando a parceria até 18 de fevereiro de 2018. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Unibanco, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do contrato, o Unibanco pagou à Companhia uma quantia adicional de R\$ 18.000. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da receita antecipada pelo convênio de reciprocidade bancária montava R\$ 14.913 (R\$ 17.800 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$ 2.887 classificado no passivo circulante, o qual será amortizado pelo prazo contratual.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social
O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000,00 (um bilhão) ações. Em 31 de dezembro de 2012 o capital social é representado por 82.505.351 ações ordinárias.
A composição acionária do capital da Companhia de 31 de dezembro de 2012 e de 2011, é como segue:

	Ações ordinárias			
	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Private Equity C, LLC	15.290.209	18,5	15.290.208	18,6
GP/CP4 - Fundo de Investimento em Participações	426.804	0,5	426.804	0,5
Administradores e Conselheiros	533.799	0,6	2.445.093	3,0
Tesouraria	384.600	0,5	252.500	0,3
Outros	65.869.939	79,9	63.837.332	77,6
	82.505.351	100,0	82.251.937	100,0

Nas Assembleias Gerais Ordinárias de 20 de abril de 2011, 20 de abril e 12 de setembro de 2012, foram aprovadas a emissão privada de 213.896, 182.622 e 70.792 ações ordinárias nominativas, respectivamente, sem valor nominal, com consequente aumento de capital social da Companhia nos valores de R\$ 3.949, R\$ 3.406 e R\$ 1.521, dentro do limite do capital autorizado, a fim de atender ao exercício da opções outorgadas aos beneficiários do plano de opção de compra de ações.

(b) Movimentação das ações do capital

Em 31 de dezembro de 2010	82.038.041
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 20 de abril de 2011	213.896
Em 31 de dezembro de 2011	82.251.937
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 20 de abril de 2012	182.622
Emissão de ações ordinárias, em atendimento ao exercício das opções outorgadas - AGO 12 de setembro de 2012	70.792
Em 31 de dezembro de 2012	82.505.351

As ações que compõem o capital não possuem valor nominal.

(c) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de maio de 2010 autorizou a recompra de ações de sua própria emissão, mediante a contratação de opções de compra ("calls"), e o lançamento de opções de venda ("puts" e conjuntamente opções) referenciadas em ações de emissão da Companhia, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria e/ou posterior alienação, podendo ainda ser utilizadas para atender ao eventual exercício de opções no âmbito dos programas de opção de recompra de ações da Companhia, nos termos da instrução CVM nº 390/03, intermediada pelo Itaú. Essa operação carrega um custo de renda fixa pós-fixada na medida em que a obrigação da Companhia representa o valor desembolsado pela instituição financeira na data da recompra, acrescida a uma taxa pré-fixada equivalente à taxa DI mais spread.
Um novo programa foi aberto em 14 de julho de 2011, com encerramento previsto para 13 de julho de 2012. Após o encerramento do 2º programa de recompra de ações em 13 de julho de 2012, a Companhia começou a realizar o exercício das opções do programa de recompra, que se encerrará em 15 de abril de 2013.
A quantidade de opções de compra ou de venda a serem lançadas ou adquiridas são os mesmos constantes das informações divulgadas no Fato Relevante publicado em 15 de julho de 2011. As opções serão



Para cada cenário foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2012, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação do CDI				
Operações	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras*	CDI	7,25%	9,06%	10,88%
122.340		8.970	11.087	13.304
Operações	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debitamentos	CDI+1,60	7,25%	9,06%	10,88%
(200.331)		(17.962)	(21.651)	(25.340)
IFC I	CDI+1,53	7,25%	9,06%	10,88%
(48.391)		(4.302)	(5.193)	(6.083)
IFC II	CDI+1,69	7,25%	9,06%	10,88%
(18.924)		(1.715)	(2.064)	(2.413)
Posição líquida		(15.109)	(17.821)	(20.532)

Cenário queda do CDI				
Operações	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	7,25%	5,44%	3,63%
122.340		8.870	6.652	4.435
Operações	Risco	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Debitamentos	CDI+1,60	7,25%	5,44%	3,63%
(200.331)		(17.962)	(14.273)	(10.833)
IFC I	CDI+1,53	7,25%	5,44%	3,63%
(48.391)		(4.302)	(3.412)	(2.521)
IFC II	CDI+1,69	7,25%	5,44%	3,63%
(18.924)		(1.715)	(1.366)	(1.017)
Posição líquida		(15.109)	(12.399)	(9.686)

(f) Gestão de capital

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do exercício é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Total do passivo	528.307	449.783
(-) Caixa e equivalente de caixa	(18.132)	(21.857)
Dívida líquida	510.175	427.926
Patrimônio líquido	707.035	618.935
Dívida líquida sobre patrimônio	0,72	0,69

(g) **Valor justo dos instrumentos financeiros**
Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação.

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros consolidados abertos pela hierarquia de valor justo:

	Consolidado		
	31/12/2012	Nível 2	Nível 3
Ativo financeiro			
Títulos e valores mobiliários	122.340	-	-
	122.340	-	-
	31/12/2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3

	Consolidado		
	31/12/2012	Nível 2	Nível 3
Ativo financeiro			
Títulos e valores mobiliários	147.565	-	-
	147.565	-	-

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Black-Scholes, são descritas a seguir:

Data da outorga	Preço spot*	Anual	Taxa de juros real	Preço de exercício	Prazo médio (anos)	Dividend Yield	Valor Call	Fair Value das Opções	Dividendos/Ações
11/07/2008	23,50	57,49%	6,85%	16,50	4,68	0,97%	14,11	4.515.824	0,23
30/09/2008	14,05	56,00%	8,42%	16,50	4,68	1,62%	6,49	6.389.982	0,23
02/10/2008	14,60	55,87%	7,66%	16,50	4,68	1,56%	6,77	381.653	0,23
10/11/2008	14,65	64,90%	9,68%	16,50	4,68	1,55%	7,89	382.777	0,23
13/01/2009	13,20	63,99%	6,83%	16,50	4,68	1,72%	6,27	6.652.194	0,23
29/09/2009	20,10	56,75%	5,64%	16,50	4,68	1,13%	10,85	3.157.160	0,23
11/01/2010	24,50	63,15%	6,23%	16,50	4,68	0,93%	15,42	2.289.025	0,23
01/03/2010	22,50	62,20%	6,21%	16,50	4,68	1,01%	13,58	2.057.194	0,23
06/05/2010	18,99	60,71%	6,30%	19,20	4,68	1,62%	9,53	2.233.650	0,31
28/07/2010	20,20	58,94%	6,25%	19,20	4,68	1,52%	10,27	2.220.697	0,31
03/11/2010	25,20	57,60%	5,98%	19,20	4,68	1,52%	14,48	289.612	0,31
03/01/2011	27,00	56,55%	5,79%	23,60	4,68	1,14%	14,17	4.623.926	0,31
20/04/2011	23,40	54,94%	6,20%	23,60	4,68	1,32%	11,18	3.080.299	0,31
02/04/2012	19,51	51,66%	4,29%	19,00	4,68	1,65%	8,43	4.300.891	0,32
02/07/2012	24,30	50,78%	4,29%	19,00	4,68	1,23%	12,17	973.847	0,30
06/08/2012	25,99	50,39%	4,29%	19,00	4,68	1,15%	13,52	405.458	0,30
05/11/2012	39,39	49,44%	3,50%	19,00	4,68	0,76%	24,81	620.251	0,30

* Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10, os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2012 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece mensalmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, de R\$ 4.538 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 3.385 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011).

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia não concedeu quaisquer outros benefícios aos seus administradores até 31 de dezembro de 2012.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	22,07	418.867	23,60	196.190
Concedidas	19,76	490.550	16,83	346.780
Exercidas	19,43	206.006	17,99	124.103
Em 31 de dezembro	22,06	703.411	21,29	418.867

Conselho de Administração

	31/12/2012		31/12/2011	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	22,07	18.000	23,60	20.000
Concedidas	19,76	12.000	17,85	20.000
Exercidas	24,00	20.000	19,13	22.000
Em 31 de dezembro	22,75	10.000	21,29	18.000

22. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação em 31 de dezembro de 2012. O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Componentes	Cargo		
Eduardo Alcalay	Presidente		
Antônio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano	Vice-presidente		
Eduardo Romeu Ferraz	Conselheiro		
João Baptista de Carvalho Athayde	Conselheiro		
João Cox Neto	Conselheiro		
Maurício Luis Luchetti	Conselheiro		
Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira	Conselheiro		

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- o valor justo de swaps de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- o valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

20. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia e suas controladas possuem as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas (Em milhares de reais)	
	31/12/2012	31/12/2011
Responsabilidade Civil dos Diretores	80.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado	87.030	66.792
Responsabilidade Civil	10.000	10.000
Despesa Fixa	5.000	5.000
Equipamentos Eletrônicos	200	200
Vida em Grupo	333.790	27.719
Demais Ramos	2.660	2.360

21. Remuneração dos administradores

(a) **Remuneração**
De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 15.145 e R\$ 9.777, respectivamente, remunerções estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21 (b).

(b) **Plano de opção de compra de ações**
De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 15.145 e R\$ 9.777, respectivamente, remunerções estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 21 (b).

(b) **Plano de opção de compra de ações**
De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 15.145 e R\$ 9.777, respectivamente, remunerções estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A opção de ações é formalizada em contrato individual firmado entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve efetuar o pagamento do valor das ações em até 30 (trinta) dias contados da subscrição ou aquisição das ações relativas ao lote incorporado e exercido. Para o 1º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 15 de julho de 2008, o Preço de Exercício das opções será de R\$ 16,50 (dezesseis reais e cinquenta centavos) por ação, devidamente corrigido pelo IGP-M desde 11 de julho de 2008, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações, aprovado pelo Comitê em 20 de abril de 2010, o Preço de Exercício das opções será equivalente ao valor médio das ações dos últimos 30 (trinta) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo anteriores à data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, devidamente corrigido pelo IGP-M desde a data da inclusão do beneficiário no 2º Programa, e deduzido o valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pagos pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. O Comitê poderá, quando da inclusão do beneficiário no 2º Programa, determinar que seja concedido um desconto de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício.

Em 20 de dezembro de 2010 com o encerramento do 2º Programa foi aprovada a criação do 3º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGP-M desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção. Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGP-M desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de dezembro de 2012 o número de opções outorgadas que tinham sido exercidas era de 639.961 ações. O saldo de ações que compoem essas opções é 3.389.162 ações.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro por ação básico		
Numerador		
Lucro líquido do exercício	109.687	70.155
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.424.300	82.198.463
Lucro líquido por ação básico	0,00133	0,00085
(b) Lucro por ação diluído		
Numerador		
Lucro líquido do exercício	109.687	70.155
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	82.424.300	82.198.463
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	1.002.234	4.624.375
Média ponderada ajustada de ações em circulação	83.426.534	86.822.838
Lucro líquido por ação diluído	0,00131	0,00080

23. Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta das atividades	1.971.887	1.632.073
Deduções da receita bruta	(588.599)	(483.636)
Gratuidades - bolsas de estudo	(507.576)	(413.936)
Devolução de mensalidades e taxas	(10.511)	(9.594)
Descontos concedidos	(5.742)	(10.215)
Impostos	(60.753)	(49.991)
FGED-Calefi	(4.017)	-
Receita líquida das atividades	1.383.288	1.148.437

24. Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal e encargos sociais	(621.569)	(556.071)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(28.408)	(25.651)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(117.844)	(102.565)
Depreciação e amortização	(43.468)	(27.074)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(28.148)	(24.763)
Outros	(37.923)	(29.411)
Custos diretos dos serviços prestados	(877.360)	(765.535)

25. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas com convênios	1.800	1.800	3.024	3.168
Receitas de alugueis	-	-	7.187	5.966
Intermediação de negócios	-	-	918	1.124
Reversões de provisões administrativas	-	-	201	476
Outras receitas operacionais	(122)	1.196	6.501	1.360
	1.678	2.996	17.831	12.094

26. Despesas por natureza